

ESTÁGIO SUPERVISIONADO PARA O ACADÊMICO DE TURISMO: UMA CARACTERIZAÇÃO

SUPERVISED INTERNSHIP FOR TOURISM STUDENT: A CHARACTERIZATION

Resumo

A preocupação em graduar alunos com qualidade perpassa os limites de sala de aula, indo além da avaliação sobre a assimilação de conteúdos teóricos. Assim, como proposta de formação continuada, o curso de Bacharelado em Turismo da Unicentro, prevê a realização de estágios supervisionados, onde os acadêmicos são estimulados a conhecer na prática como as empresas turísticas realizam suas atividades. Desta forma, desenvolveu-se uma busca para compreender a dispersão espacial desses alunos, as áreas mais procuradas, motivações, bem como interpretar as características das empresas que aceitam receber os acadêmicos e se as mesmas optam por remunerá-los. Em uma amostra de 107 egressos, das turmas de 2010 a 2015, os alunos foram entrevistados por meio de questionários sobre as características dos seus estágios. Os resultados indicam que os alunos preferem atuar na região de Irati, como planejadores, em empresas privadas e sem remuneração, sugerindo uma potencial saturação do mercado no local.

Palavras chave: Estágio; Turismo; Formação acadêmica.

Abstract

The concern in graduating students with quality permeates the classroom limits, going beyond the assessment of the assimilation of theoretical content. Thus, a proposal to continuing education, the course of Bachelor of Tourism at Unicentro, provides for supervised internships, where students are encouraged to learn in practice how tourism businesses carry out their activities. Thus, it was developed a quest to understand the spatial dispersion of these students, the most sought after areas, motivations and interpret the characteristics of companies that agree to receive academic and whether they choose to pay them. In a sample of 107 graduates, from 2010 to 2015 classes, students were interviewed using questionnaires on the characteristics of its stages. The results indicate that students prefer to act in the Irati region, such as planners, in private and without pay, suggesting a potential market saturation on site.

Keywords: Internship; Tourism; Graduating Students.

Introdução

Como disciplina integrante do Projeto Pedagógico do curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Estadual do Centro-Oeste, o estágio supervisionado está dividido em dois anos na graduação dos acadêmicos, na terceira série, com carga horária mínima de 60 horas em campo e 168 horas em sala de aula. Por sua vez, na quarta série, ano final da graduação, os alunos necessitam cumprir 168 horas em campo e 68 horas em sala (UNICENTRO, 2014).

As informações que são dadas aos acadêmicos em sala, referem-se às prerrogativas legais, no âmbito institucional e nacional, visando esclarecer dúvidas e informá-los sobre seus direitos e deveres nesta etapa de capacitação. O *feedback* dos estagiários é dado por meio de relatórios parciais (dois, na quarta série) e relatório final, (terceira e quarta série), onde são relatadas as formas de cumprimento dos objetivos pré-estabelecidos, eventuais mudanças no plano de estágio que foram necessárias para a conclusão do mesmo, anexadas ao parecer do supervisor técnico na empresa.

Contudo, essas informações referem-se exclusivamente a vivência do aluno, sem expressar suas opiniões deste sobre a prática proposta. Desta forma, visando compreender o olhar do acadêmico sobre sua relação com o momento em campo, que representa uma lacuna na investigação pelo Departamento, este relatório busca elucidar.

Diante do contexto, dúvidas quanto à procura por campo de atuação e a dispersão espacial dos alunos matriculados no curso de Bacharelado em Turismo, bem como seu posterior engajamento no quadro de profissionais nas empresas procuradas foram lançadas. Assim, os acadêmicos do município de Irati, procuram se inserir na realidade regional do *trade*? Ou por passarem o período de graduação em uma cidade do interior, isso os estimula a

romperem fronteiras e buscarem campos de atuação em cidades mais distantes ou mesmo diferentes estados?

Estas questões objetivaram diagnosticar a dispersão espacial dos egressos do curso de Turismo, no momento de realização do estágio supervisionado obrigatório, compreender quais áreas de atuação mais são procuradas pelos acadêmicos. Como objetivo secundário procurou-se verificar qual âmbito prevalece no momento da oferta do estágio (público x privado) e também coletar relatos sobre o interesse em permanecer na área de estágio ou buscar novas oportunidades profissionais após a graduação.

Para a fundamentação teórica houve a etapa de levantamento bibliográfico onde foram buscados documentos digitais, obras (livros e artigos científicos) que se correlacionam com as seguintes palavras-chaves: profissionalização; mercado de trabalho; mercado de trabalho em turismo; e atuação profissional dos bacharéis em turismo. Após, consultadas as bibliografias, desenvolveu-se o fichamento do referencial teórico. Em seguida, base conceitual foi construída, abordando os temas pesquisados, visando contribuir com a inteligibilidade do tema e embasar a construção dos questionários.

Em seguida, todos os egressos que desenvolveram seus estágios no período de 2010 a 2015 foram entrevistados, por meio de questionários com perguntas abertas e fechadas, procurando alcançar os objetivos propostos. Verifica-se que tal pesquisa é válida e recomenda-se que a mesma possua uma conotação de projeto continuado, pois seus resultados podem oferecer subsídios para a mudança de planos de ensino e a busca por convênios com empresas espacialmente distantes do município de Irati – PR. Por fim, os dados tabulados foram analisados, onde se propôs relacionar as informações coletadas com a revisão bibliográfica.

Contextualização

A gênese do estágio supervisionado no Brasil apresenta um arcabouço legal iniciado pelo conjunto das Leis Orgânicas do Ensino Profissional, estabelecidas entre 1942 e 1946 e em sua determinação, já haviam tentativas de caracterizá-lo como um elo situacional para o aluno, visando, sobretudo, prepará-lo para o mercado de trabalho.

Contudo, somente na década de 1970, com a promulgação da Lei 5.692/71, na qual se fixava as diretrizes e bases para o ensino é que o estágio adquiriu maior importância, quando o governo atribuiu à época uma postura profissionalizante para o ensino médio (antigo segundo grau), além de exigir sua conclusão como requisito para a continuidade de estudos no âmbito superior. No ano subsequente (1972), o Conselho Federal de Educação (CFE) incumbiu maior importância ao estágio ao considerá-lo fundamental para os profissionais dos setores primário e secundário da economia (DOU, 2004). Cabe ressaltar que, tanto a Lei 5.692/71 quanto o CFE estão atualmente extintos, onde a primeira foi revogada em razão da Lei 9.394/96 enquanto o segundo cedeu espaço para a formação do Conselho Nacional de Educação, instituído pela Lei 9.131/95.

No decorrer dos últimos 25 anos do século passado, o estágio desvinculou-se do ensino básico para compor programas exclusivos da educação profissional e do ensino superior, devido à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que definiu a necessidade de aprimorar a capacidade de resolução de problemas para estas classes intelectuais. Não cabe tecer críticas neste momento quanto à interface pedagógica alterada, o que necessitaria um estudo específico para tal fim, contudo, gera-se a hipótese de que esta percepção se vincula ao estímulo em aumentar a capacitação social antes de inserir a população no mercado de trabalho.

De acordo com o Diário Oficial da União de 20/01/2004,

Embora a noção de estágio supervisionado tenha origem na educação profissional, a própria legislação federal específica que o regulamentou, entretanto, foi sábia, ao considerá-lo como “estágio curricular” e como “atividade de aprendizagem social, profissional e cultural”, o qual deve ser proporcionado ao estudante pela “participação em situações reais de vida e de trabalho, de seu meio, sendo realizado na comunidade em geral ou em empresas ou organizações públicas ou privadas, sempre sob responsabilidade da instituição de ensino” (BRASIL, 2004, s/p).

Verifica-se, desta forma, elementos essenciais para a caracterização do estágio: atuação em situações reais, e não simuladas como acontecem nas universidades, em ambiente profissional, seja público ou privado e seu vínculo com uma Instituição. Portanto, esta atividade está regulamentada, seguindo legislação específica e finalidade própria.

Com análise da legislação supracitada, verifica-se que o estágio supervisionado não é entendido ou corroborado como um momento de treinamento, mas uma etapa de aprendizagem orientada, fazendo com que o acadêmico se integre com um ou mais ambientes que poderá atuar ao término de sua graduação. Nesta fase, o aluno deverá também trocar experiências com seus responsáveis na empresa, demonstrando capacidade de inovar e procurar melhorar a realidade encontrada por meio dos inúmeros exemplos e estudos de caso vivenciados em sala de aula., como têm-se no primeiro Artigo e seus incisos, da LDB (BRASIL, 1996, s/p), onde:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. § 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias. § 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Para a LDB, o Ensino Superior possui entre suas finalidades “formar diplomados (...) aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento na sociedade (BRASIL, 1996, s/p). Portanto, algumas dúvidas passam a compor o imaginário sobre a atuação dos egressos da Unicentro, uma vez que o trabalho do Professor limita-se a educação sobre a importância do estágio, orientação da construção de planos de estágios que relacionem-se diretamente com aspectos mercadológicos contemporâneos e o acompanhamento das atividades durante o período em que o aluno está em campo. Atualmente, a lei que regulamenta o estágio supervisionado é a Lei nº 11.788/08, e dispõe sobre seu ato educativo supervisionado, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições, fazendo parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando. Constitui-se como normativa para a empresa de que o número de estagiários em cada órgão ou entidade não poderá ser superior a vinte (20) por cento do total da lotação aprovada para as categorias de nível superior, reservando-se, desse quantitativo, cinco por cento das vagas para estudantes portadores de deficiência, compatível com o estágio a ser realizado.

Desta forma, o estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Resultados e Discussões

Foram entrevistados cento e sete (107) egressos do curso de Bacharelado em Turismo, em relação às cidades onde realizaram os estágios, quais áreas foram contempladas, motivos que levaram a procurar este setor específico, se atuaram no setor público ou privado, se o período trabalhado foi remunerado ou não e finalmente, se os turismólogos pretendem seguir carreira na mesma área onde estagiaram, seguido por suas justificativas, quando aplicável.

As perguntas dividiram-se entre abertas e fechadas, e não foi possível cruzar as informações com os livros de frequência em classe, pois nem todos os acadêmicos cumpriram a disciplina dentro do calendário regular. Para a coleta de dados, foram disponibilizados aos egressos um questionário, sem qualquer tipo de identificação.

A questão central que norteou a pesquisa deu-se a partir da necessidade de identificar se os acadêmicos procuraram sair de Irati-PR para realizarem seus estágios. Esta questão é pertinente devido ao tempo que o curso está em andamento na Universidade, desde 2003 (15 anos), graduando assim um relevante quantitativo de alunos. Além dessa capacitação profissional no município, Irati dista aproximadamente apenas 84 km de Ponta Grossa-PR, que também possui o curso de Bacharelado em Turismo oferecido pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Assim, entende-se a distância entre as duas cidades aumenta o nível de concorrência entre os egressos, uma vez que, tanto turismólogos de Irati quanto de Ponta Grossa podem candidatar-se nas mesmas oportunidades da região dos Campos Gerais e da Terra dos Pinheirais (SETU, 2016). Visando compreender se os acadêmicos também possuem esta percepção, uma vez que o momento do estágio por vezes gera convites para permanecer nas empresas (BIANCHI, ALVARENGA, BIANCHI, 2004), obtiveram-se as seguintes informações:

Quadro 1 – Relação entre ano estagiado e cidades escolhidas

Ano	Cidade	Ano	Cidade	
2010	Curitiba	2013	Verê	
	Irati		Irati	
	Fernandes Pinheiro		Prudentópolis	
	Ponta Grossa		Taipu de Fora - BA	
	Mallet		Fernandes Pinheiro	
	Pontal do Paraná		Península de Marau - BA	
	Prudentópolis		Apucarana e Tiradentes - MG	
2011	Ponta Grossa		2014	São Sebastião - SP
	Irati			Guarapuava
	Prudentópolis			Irati
	Fernandes Pinheiro	São Sebastião - SP		
	Guarapuava	Prudentópolis		
	Chopinzinho	Mallet		
	Teixeira Soares	Rio Azul		
2012	Tibagi	2015	Irati	
	Curitiba		Mallet	
	Rio Azul		Fernandes Pinheiro	
	Guarapuava		Rio de Janeiro - RJ	
	Fernandes Pinheiro		São Sebastião - SP	
	Península de Marau - BA		Marau - BA	
	Irati		Rio Azul	
	Prudentópolis			
	Curitiba			
	Pontal do Paraná			
Araras - SP				
Itararé - SP				

Fonte: Organizado pelos autores (2019).

Ao observar os dados apresentados no Quadro 1, verifica-se que na amostra coletada, somente a partir de 2012 os alunos começaram a sair do estado do Paraná para cumprir a carga horária necessária, mantendo-se constante até a última turma graduada. A pesquisa não procurou identificar as características socioeconômicas dos entrevistados, mas entende-se que

a hipótese sobre melhores condições financeiras possa ser uma das justificativas para esta demanda, uma vez que, usualmente os locais de estágio não oferecem auxílio de deslocamento e quando ofertam bolsas, os valores não pouco convidativos, com será visto na síntese do Gráfico 7.

Com objetivo de demonstrar espacialmente a dispersão dos alunos, a Figura 01 ilustra o mapa político brasileiro, e em destaque na cor verde, os estados onde ao menos uma vez algum egresso procurou uma oportunidade de estágio.



Figura 1 – Dispersão dos acadêmicos pelos estados brasileiros
Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Quanto ao nível de incidências de estágio nestes locais, há um amplo predomínio de realização no próprio município origem destes alunos (Irati), o que gera reflexões ao analisar a cidade sob a ótica de um destino ou, em menor escala, de atrativos turísticos. Ora, se os egressos buscaram a conclusão do curso para tornarem-se turismólogos, conheceram e desenvolveram estudos de caso sobre as opções de lazer, entretenimento, cultura, entre outros, que Irati oferece, portanto, a realidade deste espaço é bastante familiar aos mesmos. Ao complementar sua formação, não seria mais enriquecedor explorar novas opções? Possivelmente esta experiência os faria descobrir outras formas de desenvolver o turismo, soluções diferenciadas para problemas semelhantes e também contribuiria para aumentar sua rede de *networking*, cada vez mais essencial na sociedade pós-moderna (HALL, 1999).

Os municípios mais procurados pelos acadêmicos são: Irati, com quarenta e quatro (44) incidências, Fernandes Pinheiro e Prudentópolis citados por dez (10) vezes e Mallet, procurado oito (8) vezes. Os demais municípios podem ser observados no Quadro 2.

Quadro 2 – Quantitativo de aceitação de alunos, por município

Cidade	Total de alunos
Araras – SP	1
Chopinzinho	1
Curitiba	4
Fernandes Pinheiro	10
Guarapuava	4
Irati	44
Itararé – SP	4
Mallet	8

Península de Marau – BA	3
Ponta Grossa	2
Pontal do Paraná	2
Pontal do Paraná	1
Prudentópolis	10
Rio Azul	4
Rio de Janeiro - RJ	1
São Sebastião - SP	3
Taipu de Fora – BA	1
Teixeira Soares	1
Tibagi	1
Tiradentes - MG	1
Verê	1

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Chama a atenção nos números apresentados pelo Quadro 2 a dimensão demográfica das cidades procuradas. Somente Curitiba aparece como uma capital procurada por menos de um acadêmico por ano, em razão simples. Todas os demais municípios são locais no interior dos seus estados e também em porções não continentais (Marau-BA), o que, a princípio pode não representar um problema, pois entende-se que diversas cidades possuem características que lhes fazem peculiares, como Tibagi, eleita a melhor “cidadezinha” do país em 2007 (PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAGI, 2007), contudo, Teixeira Soares, possui pouco apelo turístico, não contribuindo assim, para a capacitação profissional dos alunos.

A principal hipótese sobre este fato reside na passividade dos acadêmicos em relação ao momento de estágio. Possivelmente, locais como Verê, Rio Azul e Chopinzinho, ainda que esta última possua assentamentos indígenas, são as cidades de origem dos alunos, que para não saírem da zona de conforto, procuram justificar estes locais como destinos relevantes. Além desta hipótese, os resultados também sugerem que é empregada pouca importância à esta etapa da graduação, onde deve-se cumpri-la apenas para alcançar notas e garantir a aprovação na disciplina.

Tal análise é atribuída de maior valor quando se cruzam informações sobre o segmento ou setor onde o estágio de fato ocorreu. Observou-se que as áreas mais procuradas pelos acadêmicos são de Planejamento, Hotelaria, Agenciamento, Eventos e Alimentos e Bebidas (Figura 2). Há de se assumir, sem verificação em campo, que Irati muito procurada pelos alunos teoricamente teria um planejamento turístico exemplar em relação a sua região geográfica e turística, informação que na prática não é corroborada, pois nem mesmo a etapa inicial do planejamento (inventário) está concluída.



Figura 2 – Nuvem de palavras ilustrando os segmentos mais procurados pelos acadêmicos

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

No mesmo descompasso, uma resposta trouxe muitas dúvidas a respeito de sua efetiva

contribuição para a formação do turismólogo, quando tabulado o serviço de “pedágio” como local de estágio realizado. Não há questionamentos que para a atividade de turismo possa ocorrer são essencialmente necessárias três bases: a pessoa, que pode adquirir a terminologia de visitante ou turista, o local a ser visitado (destino) e o deslocamento, independente do meio de locomoção adotado (aéreo, terrestre, ferroviário ou aquaviário), como é destacado por diversos autores na literatura da atividade (BENI, 2004, DIAS, 2005, FUSTER, 1991). Assimilar que uma praça ou empresa de pedágio possa contribuir para o turismólogo, sobre suas futuras funções profissionais, tornam a compreensão mais confusa. Igualmente confuso é entender a aprovação deste plano de estágio, relatórios e defesa perante a banca, fatos que esta investigação não obteve acesso para corroborar ou negar a validade do mesmo.

O Quadro 3 identifica a incidência dos setores procurados, no universo total da amostra, conforme respostas coletadas nos questionários:

Quadro 3 – Quantificação de área ou local onde os estágios ocorreram (2010-2015)

Área ou Local	Total
Agenciamento	12
Alimentos e Bebidas	7
Atendimento	1
Eventos	13
Hotelaria	27
Marketing	1
Operadora de Turismo	2
Pedágio	1
Planejamento	31
Pousada	1
Prefeitura	2
Transportes	4
Turismo Cultural	2
Turismo de Natureza	3

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Caso o aluno desejasse, poderia tecer comentários sobre os motivos que o levaram a escolher sua opção de realização de estágio, trazendo assim, poucas explanações sobre a área. Para futuras investigações com outras amostras temporais (sugere-se que um estudo similar seja aplicado no próximo intervalo de cinco anos 2016-2020), pode-se convencionar a aplicação dos questionários de forma virtual, com a obrigatoriedade de resposta para todas as questões. Foram coletadas algumas justificativas, apresentadas na íntegra no Quadro 4:

Quadro 4 – Motivações que levaram à área escolhida

Área ou Local	Respondente	Motivo apontado
Planejamento	1	<i>Identificação com a área</i>
	2	<i>Disponibilidade de vagas na Instituição e relevância do tema</i>
	3	<i>Área de interesse</i>
	4	<i>Interesse profissional</i>
	5	<i>Identificação</i>
	6	<i>Não consegui a área que gostaria</i>
	7	<i>Área que mais me identifiquei durante o curso</i>
	8	<i>Aprender como funciona o trabalho em uma Secretaria de Turismo</i>
Hotelaria	9	<i>Pela acessibilidade</i>
	10	<i>Gostar da área e ter relação com eventos</i>
	11	<i>Proximidade</i>
	12	<i>Por ter realizado intercâmbio e gostado da área</i>
	13	<i>Área que tenho mais proximidade desde início da Faculdade</i>
	14	<i>Área interessante e o mercado está buscando profissionais de qualidade</i>
	15	<i>Identificação</i>

Agenciamento	16	<i>Área que pretende seguir após formação</i>
	17	<i>Interesse em saber como funciona uma agência e aprender sobre consultoria</i>
	18	<i>Afinidade e interesse em atuar na área</i>
Eventos	19	<i>Área que consiste com as minhas aptidões</i>
	20	<i>Assunto desenvolvido no TCC e busca por maior vivência na área</i>
	21	<i>Afinidade</i>
Alimentos e Bebidas	22	<i>Pela área estar ligada a eventos</i>
Prefeitura	23	<i>Pela dinâmica do setor</i>
Turismo Cultural	24	<i>Porque no Brasil existe uma grande quantidade e diversidade cultural</i>

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

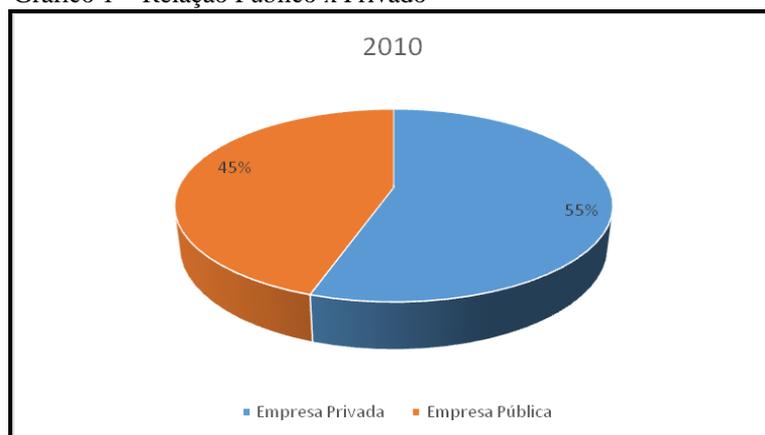
O turismo é uma atividade complexa, multidisciplinar e sistêmica (BENI, 2004). Nesta ótica, pode-se compreender que deve ser organizado pela iniciativa pública, com modelos como ordenamento territorial, isenção ou redução de impostos, qualificação profissional (cursos técnicos e superiores), melhora da infraestrutura viária, de comunicações, entre outros, ao mesmo tempo em que a atividade é operacionalizada pela esfera privada, que irá construir e gerenciar hotéis, agências de viagens e turismo, operadoras, empresas de receptivo, de alimentação e todo o amálgama que compõe o *trade*.

Além disso, Brasil (2004) destaca o papel do acesso ao emprego quanto à contratação dos estagiários pelas empresas nas quais fizeram o estágio, onde 35% dos alunos foram contratados, sendo que os motivos apontados pela não contratação, destacaram-se: recebeu proposta melhor, não concluiu o estágio, não havia plano de efetivação. Dentre as conclusões obtidas pela referida pesquisa, a primeira delas é que o estágio prepara o aluno, tanto para a vida profissional, como para a estudantil, melhorando o seu desempenho em classe e que, dentre as exigências das empresas para preenchimento das vagas de estagiário, destacam-se o conhecimento, domínio de informática, desenvoltura e facilidade de relacionamento, histórico escolar, ter concluído 50% do curso, estudar na área da vaga e no nível exigido.

Diante disso, subentende-se que em ambas opções haverá possibilidades de crescimento profissional para o aluno, indiferente de sua escolha. Contudo, a vivência no ambiente público está condicionada à aprovação em concurso público ou em nomeações temporárias para cargos de chefia, que representa a menor parcela de inserção. Portanto, seria mais plausível encontrar dados que indicassem a absorção em maior percentual de empresas privadas oferecendo oportunidades de estágio, servindo também para o acadêmico, como modelo de negócio para uma futura ação empreendedora.

Os gráficos, separados percentualmente por ano da amostra, corroboram esta tendência, exceção única para os entrevistados de 2014, que refutaram a hipótese, conforme se observa a seguir.

Gráfico 1 – Relação Público x Privado

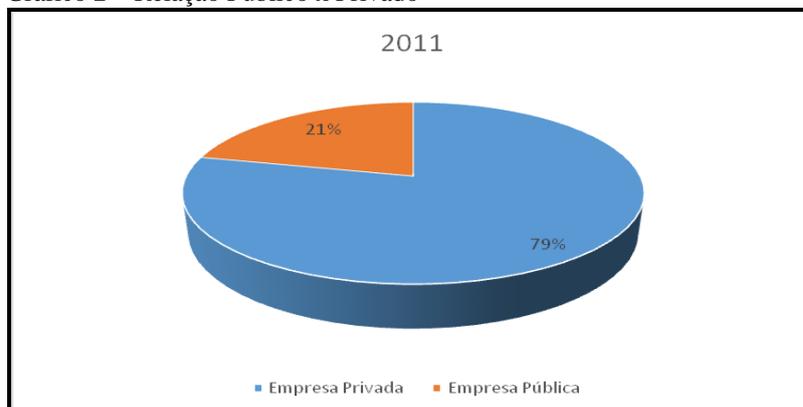


Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Nesta turma houve um equilíbrio entre as duas esferas, com dezesseis (16) ocorrências em empresas privadas contra treze (13) ações em órgãos estatais. Por sua vez, o gráfico 2, referente ao ano de 2011, a diferença é bastante acentuada, contando com onze (11) acadêmicos na iniciativa privada e apenas três (3) no ambiente público.

Como exposto, corrobora-se com o Brasil (2004) onde estágio supervisionado normalmente acaba se tornando um trampolim para a obtenção de um emprego. Em alguns casos, especialmente em pequenas cidades do interior, o estágio supervisionado acaba sendo uma das únicas oportunidades de efetiva qualificação profissional dos adolescentes para o trabalho, portanto, vivenciá-lo com empenho e dedicação pode gerar frutos após este momento facilitado de acesso às empresas, destacando assim, a importância de procurar locais comprometidos com a qualidade de seus serviços.

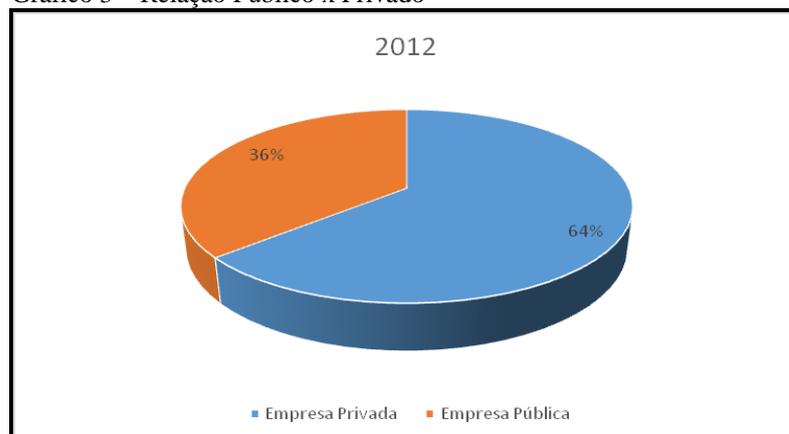
Gráfico 2 – Relação Público x Privado



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

As turmas subsequentes, de 2012 (Gráfico 3) e 2013 (Gráfico 4) mantiveram a maioria absoluta de alunos no ambiente privado, sendo em 2013 o maior percentual registrado nessa amostra. O quantitativo de alunos nesse biênio foi de quatorze (14) contra oito (8) em espaços públicos, enquanto em 2013, ano que mais requisitaram o mundo corporativo a diferença foi de doze (12) contra apenas dois (2).

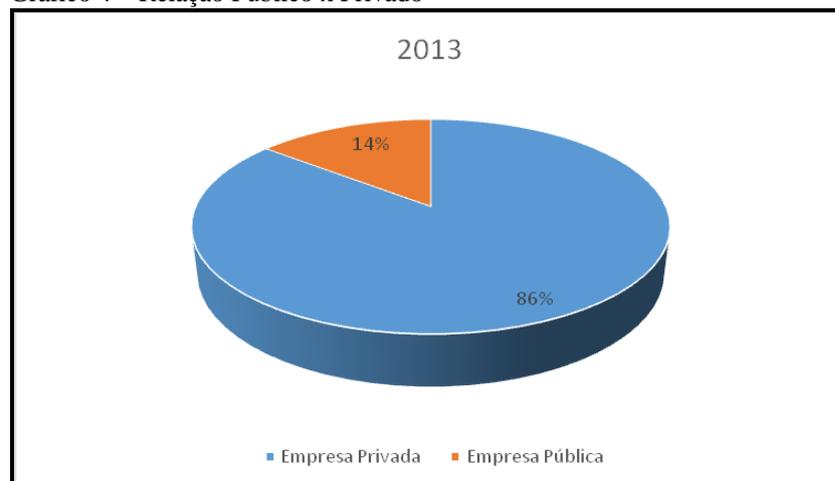
Gráfico 3 – Relação Público x Privado



Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

Nesta caracterização também se faz necessário entender os motivos que os alunos alegam para definir seu objeto, opção indisponível no atual modelo de questionário. Suposições aqui geradas podem ser corroboradas no futuro e seus resultados devem influenciar no planejamento de aulas da disciplina obrigatória do curso.

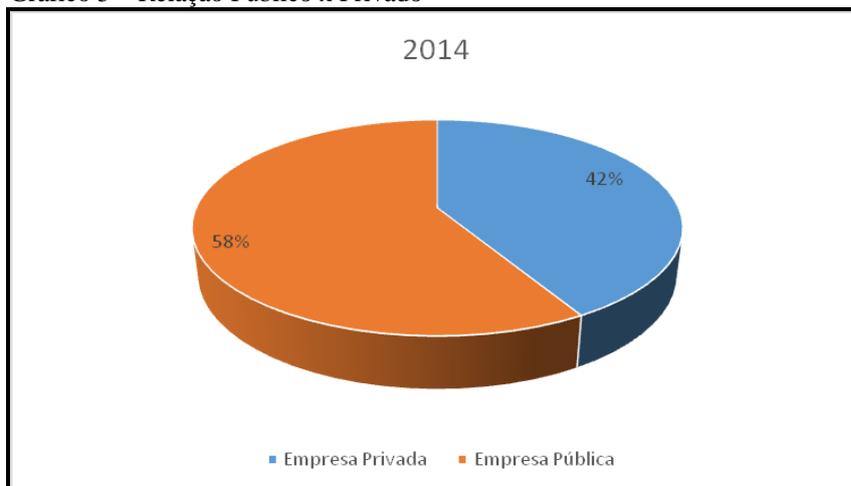
Gráfico 4 – Relação Público x Privado



Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

Por sua vez, 2014 representou o rompimento do padrão encontrado e infelizmente mais uma vez os motivos só podem ser especulados. A principal hipótese vinculasse ao fato de que este ano ocorreu os jogos da Copa do Mundo no país, sobretudo em eventos na capital Curitiba, cidade que dista aproximadamente 160km de Irati. Esta proximidade permitiria um fácil deslocamento e um aumento significativo de trabalhos voluntários, justificando parcialmente a repentina mudança (Gráfico 5). Ainda assim, se esta for a motivação, a área de trabalho identificada pelos alunos pode ter sido apontada como “atendimento”, que foi citada apenas uma vez (ver Quadro 3).

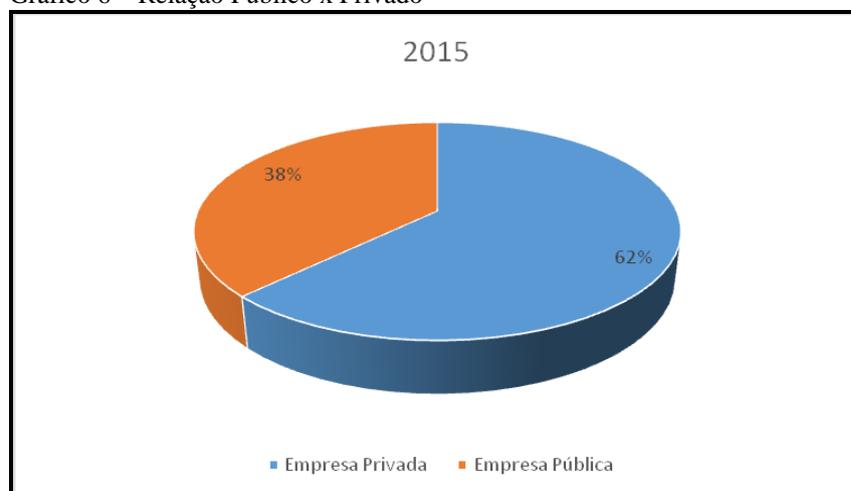
Gráfico 5 – Relação Público x Privado



Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

O total de alunos no ambiente público em 2014 foi de sete (7), enquanto cinco (5) mantiveram os trabalhos na esfera privada. Assim, ainda que a procura tenha mudado, ainda há um relativo equilíbrio, como diagnosticado pela turma de 2010 (Gráfico 1). Por fim, a turma de 2015 retornou o crescimento da curva amostral em favor do ambiente privado, onde dez (10) acadêmicos optaram em contraposição de seis (6) em instituições públicas. Os dados percentuais são observados no Gráfico 6:

Gráfico 6 – Relação Público x Privado



Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

Elemento diretamente relacionado aos dados anteriormente apresentados foi questionado se o estágio havia sido remunerado ou não. A relação entre bolsa-auxílio e característica do local escolhido refere-se à dificuldade que a burocracia administrativa do ambiente público possui em aprovar a saída de recursos financeiros, etapa que exige menor esforço de empresários. Salienta-se, neste relatório, que o Regulamento de Estágio Supervisionado (UNICENTRO, 2014) não inibe, tampouco exige que os estagiários sejam remunerados, contudo, o pagamento de bolsas ou o fornecimento de auxílios é estimulado, uma vez que os acadêmicos somente vão a campo com objetivos definidos e construídos em comum acordo com seus respectivos orientadores, trazendo assim, benefícios para o local que os acolhe

Considerações finais

Compreende-se que o estágio supervisionado não se confunde com o primeiro emprego, sendo antes de tudo, uma atividade curricular, um ato educativo que visa propiciar a integração dos estudantes com a realidade do mundo do trabalho.

Sendo um Ato Educativo, o estágio deve ser organizado e proporcionado pelas Instituições de Ensino, e ser planejado, executado, acompanhado e avaliado em conformidade com os currículos aprovados, onde somente poderão ser aceitos estudantes de cursos cujas áreas estejam relacionadas diretamente com as atividades, programas, planos e projetos desenvolvidos pelo órgão ou entidade nos quais se realizar o estágio, evitando assim áreas “estranhas” à sua formação, como foi observado nos resultados desta pesquisa.

Para fins de respaldo legal (Lei 11.788/08) a Unicentro providencia a todos os estagiários seguros de acidentes pessoais em favor do estudante, condição essencial para o aluno desenvolver o estágio a campo.

Procurou-se nesta investigação compreender o olhar dos alunos e interpretar as suas ações voluntárias na realização desta atividade, fundamental para sua graduação. Acredita-se que novos enfoques podem ser lançados, sobretudo na *práxis* em campo, contribuindo assim para melhor entender o papel que o estágio desempenha para os acadêmicos, hoje egressos, do curso de Bacharelado em Turismo.

Referências

- BENI, M. C. Análise estrutural do turismo. 10. ed. São Paulo: Senac, 2004.
- BIANCHI, A. C. M; ALVARENGA, M; BIANCHI, R. Orientação para estágio em Turismo: Trabalhos, projetos e monografias. São Paulo: Pioneira: Thomson Learning, 2004.
- BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- DIAS, R. Introdução ao Turismo. São Paulo: Atlas, 2005.
- BRASIL (2004). DOU – Diário Oficial da União de 20/01/2004. Parecer homologado CNE/CEB 35/2003. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb35_03.pdf. Acesso em 17/02/2019.
- FÚSTER, L. F. Introducción a la teoría y técnica del turismo. Cuarta Reimpresión. Alianza Universidad Textos. Madrid, 1991.
- HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução por Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 1999.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAGI. Tibagi é eleita a melhor cidadezinha do Brasil. Disponível em: <http://tibagi.pr.gov.br/noticias/modules/news/article.php?storyid=1540>. Acesso em 17/02/2019.
- SETU – Secretaria do Esporte e do Turismo. Regiões Turísticas do Paraná. Curitiba, 2016.
- UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste. Regulamento de Estágio Supervisionado do Curso de Graduação em Turismo. Irati, 2014.